



# FEMINISMO INTERSECCIONAL: UMA CRÍTICA A BRANQUITUDE CISHETERONORMATIVA

## FEMINISMO INTERSECCIONAL: UNA CRÍTICA A LA BLANQUITA CISHETERONORMATIVA

### Resumo

Essa resenha se propõe a sintetizar os principais temas trazidos pelo livro “Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais” de 2021, organizado por Henrique Marques Samyn e Lina Arao. As temáticas visam conferir ao feminismo mais teorias e debates, como o de gênero e identidade étnico-racial; gênero e trabalho/prática sexual; gênero e maternidade; gênero, sexualidades e identidades de gênero; gênero e corpo; e masculinidades e identidade étnico-racial. Com essa variedade de temáticas, contribui para a noção de um feminismo interseccional. Pôde ser percebido a necessidade de discussões e estudos acerca dos feminismos em África, movimentos de mulheres indígenas e transfeminismo.

**Palavras-chave:** Identidade étnico-racial; Maternidade; Sexualidades; Masculinidades; Feminismo interseccional.

### Resumen

*Esta revisión propone sintetizar los principales temas que trae el libro “Feminismos disidentes: perspectivas interseccionais” de 2021, organizado por Henrique Marques Samyn y Lina Arao. Los temas apuntan a dar al feminismo más teorías y debates, como el género y la identidad étnico-racial; género y trabajo/práctica sexual; género y maternidad; género, sexualidades y identidades de género; género y cuerpo; y masculinidades y identidad étnico-racial. Con esta variedad de temas, contribuye a la noción de un feminismo interseccional. Se pudo percibir la necesidad de discusiones y estudios sobre los feminismos en África, los movimientos de mujeres indígenas y el transfeminismo.*

**Keywords:** Identidad étnico-racial; Maternidad; Sexualidades; Masculinidades; Feminismo interseccional.

\*Lorenzo dos Santos Konageski

Recebido em: 04/05/2022

Aceito em: 30/03/2023

O livro “Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais” da editora Jandaíra foi organizado pelo doutor em Letras Henrique Marques Samyn e pela doutora em Literatura Comparada Lina Arao (2021), a partir do curso oferecido na pós-graduação *stricto sensu* em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2020. Retrata, assim como foi a ideia original da ementa do curso, compreender como os feminismos interseccionais possuem efeitos sobre conceitos e teorias já estabelecidas no universo feminista. Dessa forma, conta com 14 artigos que perpassam diversos temas. Para realizar este trabalho de síntese, análise e crítica, agruparemos os artigos em 6 eixos: 1. gênero e identidade étnico-racial (7 artigos); 2. gênero e trabalho/prática sexuais (2 artigos); 3. gênero e maternidade (1 artigo); 4. gênero, sexualidades e identidades de gênero (2 artigos); 5. gênero e corpo (1 artigo); 6. masculinidades e identidade étnico-racial (1 artigo). De forma geral, é possível perceber que ainda que um artigo tenha se relacionado com um eixo, ele está também imbricado com outros eixos, o que mostra como a interseccionalidade está presente na vida das pessoas e como não é possível dissociar opressões.

A interseccionalidade é um conceito cunhado pela teórica norte-americana Kimberle Crenshaw em 1989, no qual a autora levanta o fato de que uma pessoa está interseccionada por diversos tipos de opressão, que acentuam o tamanho da desigualdade da qual ela é acometida, levando em consideração fatores como raça/cor, gênero, classe etc.

Acerca do primeiro eixo, é importante compreendermos os processos de mestiçagem e entendermos a noção do termo *mestiza*. A doutora em Antropologia Cultural Ana Paula da Silva (2021) nos lembra do mito da “democracia racial”, que se apresenta na obra freyriana, como se o Brasil fosse um país livre do racismo, onde não existisse discriminação racial. Na realidade, a mestiçagem é entendida como o processo de embranquecimento forçado e violento da população brasileira e nisso, de acordo com o ativista e escritor Abdias do Nascimento, os ideólogos da “democracia racial”, defendem o estupro “sistemático e permanente” de africanas e suas descendentes (NASCIMENTO, 1978, p. 63). É nesse contexto, que o corpo da mulher negra passa a ser objetificado. Já o trabalho da doutora em Inglês Yasmim Pereira Yonekura (2021), fala de uma identidade *mestiza*, retomando noções da intelectual norte-americana Gloria Anzaldúa e da antropóloga brasileira Lélia Gonzalez. Elas passam pelos mundos negro e indígena e unem o feminismo a luta antirracista. Anzaldúa está falando de uma consciência *mestiza*, que pretende “desmontar a dualidade sujeito–objeto que a mantém prisioneira, e o de mostrar na carne e através de imagens no seu trabalho como a dualidade pode ser transcendida”, entendendo que deve haver a cicatrização dessas dualidades que surgem “nos próprios fundamentos de nossas vidas, nossa cultura, nossas línguas, nossos pensamentos” e isso poderá “trazer o fim do estupro, da violência, da guerra” (ANZALDÚA, 2005, p. 707). A *mestiza* no contexto desse artigo é a noção de um sujeito construído por identidades de vários mundos. Ao falar sobre Lélia Gonzalez, Yonekura nos remete às noções de América Ladina e de amefricanidade, ao entender a influência da África na América Latina, devido ao tráfico atlântico de pessoas escravizadas para as colônias do Sul Global. Gonzalez, no começo da tradição do feminismo marxista no Brasil, adiciona e coloca a importância da questão racial, pois, conforme pontua Yonekura, os movimentos feministas apagaram as mulheres racializadas que também compõem a classe trabalhadora, o que diferencia o início do movimento feminista brasileiro do feminismo norte-americano, que foi construído a partir de contribuições do movimento negro (GONZALEZ, 2020). O feminismo latino-americano se enfraquece ao não levar em consideração a diversidade étnico-racial e cultural, o que ela chamou de “racismo por omissão”, que é uma tentativa de invisibilizar e não falar sobre as pautas étnico-raciais, como se não existissem e como se o racismo não fosse um problema (GONZALEZ, 2020). Lélia Gonzalez (2020) também mostra que em 1970 começa a aproximação das mulheres não-brancas com o movimento feminista latino, se expandindo em 1980. Outra autora importante é a filósofa brasileira Sueli Carneiro, ao cunhar a expressão “enegrecendo o feminismo”, que assinala “a identidade branca e ocidental formulação clássica feminista [...]” e revela “a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais” (CARNEIRO, 2003, p. 118). Com isso, se afirma e se visibiliza “uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre [...]” e delinea-se “por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta anti-racista no Brasil” (*Idem*).

Ao falar do Brasil, Yonekura faz um debate sobre a Amazônia, segundo ela, é importante que se busque a história da região com base nos povos locais, entendendo que a região já era ocupada antes da chegada dos europeus e que sempre teve “grande biodiversidade natural e diversidade social, marcada pela luta anticolonial e por vários processos de miscigenação e aculturação atravessados pela violência” (YONEKURA, 2021, p. 42).

Uma discussão importante que também deve ser feita é como e se as mulheres indígenas se colocam quanto ao feminismo, já adiantando que “os posicionamentos das mulheres dos movimentos indígenas são múltiplos, inclusive no que se refere a identificação com o feminismo” (DUTRA; MAYORGA, 2019, p. 125). O questionamento de mulheres indígenas sobre a identificação com o feminismo está relacionado ao fato da origem dele se dar em um contexto eurocêntrico e colonizador, mas Julieta Paredes Carvajal, feminista-comunitária do povo aimará, do território que hoje se chama Bolívia, propõe como estratégia “recriar o conceito de feminismo” (PAREDES, 2019, p. 34). De acordo com ela, “para o feminismo comunitário, o feminismo é a luta de qualquer mulher em qualquer parte do mundo, em qualquer momento da história” (Idem). A existência de feminismos comunitários territoriais é relevante, pois, de acordo com Lorena Cabnal, feminista comunitária territorial e *maya xinka*

*[...] estamos dizendo que existe um patriarcado ancestral originário e que para nós é importante desvendá-lo desde esse lugar de enunciação que é a terra onde nascemos, com as múltiplas opressões do sistema patriarcal. Porque é o sistema patriarcal originário que se gestou antes da colonização. [...] O patriarcado ancestral originário tem sua própria temporalidade, seu contexto, sua maneira de se manifestar (KOROL; FLORES, 2021, p. 6-7).*

Esses feminismos são territoriais pois nascem e são entendidos a partir de um território específico e ainda partem “da comunidade como princípio inclusivo que cuida da vida” (PAREDES, 2014, p. 78, tradução minha). Ao se falar em comunidade, se refere

*a todas as comunidades de nossa sociedade, comunidades urbanas, comunidades rurais, comunidades religiosas, comunidades esportivas, comunidades culturais, comunidades políticas, comunidades de luta, comunidades territoriais, comunidades educativas, comunidades de tempo livre, comunidades de amizade, comunidades de bairros, comunidades de geração, comunidades sexuais, comunidades agrícolas, comunidades de afeto, comunidades universitárias, etc. É compreender que de todo grupo humano podemos fazer e construir comunidades. É uma proposta alternativa a sociedade individualista (Ibid., p. 86, tradução minha).*

Também é importante ao estudar feminismos, compreender como se configuram os feminismos em África. Conforme explica a historiadora brasileira Dayane Augusta Santos da Silva:

*As feministas africanas constroem e buscam resgatar sua identidade na dupla luta, anticolonial e antipatriarcal. Aqui a categoria classe e raça também devem ser consideradas. Contudo, no que diz respeito à elaboração de determinado pensamento crítico, estas têm ocupado espaço marginal tanto no âmbito político quanto acadêmico, [...], invisibilizadas tanto no interior do campo dos estudos de gênero, quanto nos chamados estudos africanos, este último concentrado nas problemáticas vindas principalmente da Diáspora (SILVA, 2021, p. 284).*

Enquanto formas alternativas ao feminismo ocidental, podemos citar o conceito de *Motherism*, da escritora nigeriana Catherine Acholonu, para ela, a

*deliberada marginalização das mulheres foi uma das principais estratégias do colonialismo. Isto por que os colonialistas sabiam bem da importância e da influência das mulheres e também não ignoravam que a força das sociedades africanas derivava da coesão de um tecido social em que os sexos coexistiam em complementaridade. Deste modo, para que África pudesse ser conquistada, o poder das mulheres tinha de ser quebrado (ACHOLONU, 1995 apud BAMISILE, 2013, p. 267).*

Outros termos foram criados: *Femalismo*, da acadêmica nigeriana Chioma Opara (1999); *Gynismo*, da filósofa africana Eboh (1999); *Stiwanism*, da feminista nigeriana Molar Ogundipe-Leslie (1994); *Womanism*, da escritora nigeriana Chikwenye Okonjo Ogunyemi e *womanism* da escritora afro-americana Alice Walker (1983), conforme sintetiza a professora da Universidade Pública de Lagos, em Ojo, no Estado de Lagos, na Nigéria, Sunday Adetunji Bamisile (2013). A última é a proposta mais conhecida, para Walker existe a “necessidade de um conceito específico focado na identidade das mulheres negras e no agrilhoamento particularmente imposto a elas pelas questões do gênero” (BAMISILE, 2013, p. 270-271). De acordo com Bamisile, ao excluir mulheres brancas, Walker se contradiz ao dizer que *womanistas* não são separatistas, assim como fato de excluir os homens, por omissão. A partir do artigo de Bamisile é possível

concluir, a partir dessas autoras africanas que defendem um movimento de mulheres africano, “que todas elas confluem na preocupação de se demarcarem do feminismo ocidental e de definirem um conceito novo, que esteja mais ajustado às realidades das tradições e dos valores da vivência da mulher em África” (Ibid., p. 277). Assim como no caso das mulheres indígenas, se opõem ao feminismo ocidental. Conforme explica,

*[...] os womanisms africanos são tendencialmente ou até claramente antifeministas, mesmo porque há em África um entendimento pouco aberto ou relutante para com intenções que se receiam ser imperialistas ou de imposição pós/neocolonial (Idem).*

Mais contribuições podem ser vistas na dissertação de mestrado da doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos Thuila Farias Ferreira (2020), intitulada “Africanas: gênero e feminismo em perspectiva afrocentrada”.

Os próximos artigos do primeiro eixo tratam de temáticas inovadoras nas perspectivas feministas conhecidas no ocidente. Lina Arao (2021), descendente de japoneses faz uma conversa entre suas experiências no Brasil e a obra “Sob dois horizontes” de Mitsuko Kawai (1988). Arao destaca a dificuldade de se ver na história da própria nação, o Brasil. Para ela, a obra de Kawai lhe confere o sentimento de pertencimento, resgatando o elo entre japoneses e o Brasil – que acolheu os imigrantes japoneses. De forma geral, quando se fala em orientais e em descendentes orientais no ocidente existe uma tendência, segundo o intelectual palestino Edward Said, de os vermos como as “pessoas de fora” e até mesmo submissas, sob as premissas de uma visão europeia do orientalismo (SAID, 1996). O artigo que segue do psicólogo Yonghui Q. (2021) mostra a violência que ele, enquanto filho de pais descendentes de chineses, sofreu no Brasil. Amigos e autoridades naturalizavam a violência. Quando entra no mundo acadêmico, o autor se depara com um feminismo que não se preocupa com debates raciais. É um feminismo de primeira onda, restrito às mulheres brancas que lutavam por direitos universais em contextos europeus. Ainda, segundo Q., mulheres orientais não são vistas em suas especificidades e não são diferenciadas – a mulher chinesa, a mulher japonesa etc -, o mesmo ocorre com os povos ciganos, de acordo com o artigo da mestra em Direito Agrário Sara Macêdo (2021), que também compõe o livro. No caso das mulheres orientais, elas são fetichizadas pelos homens. Quando se fala em povos ciganos, as mulheres romani também sofrem com estereótipos de sedutoras, traiçoeiras e não-civilizadas – este último é uma característica que se refere a todos os povos não-europeus, fruto das noções coloniais que se refletem até hoje em várias sociedades, o que se denomina colonialidade do poder, conceito do sociólogo peruano Anibal Quijano (QUIJANO, 2005). No feminismo, a base é sustentada por mulheres racializadas, mas as gitanas feministas - movimentação de mulheres ciganas - se recusaram a carregar esse peso.

A característica da sedução é decorrente da sexualização desse corpo, que também ocorre com as mulheres negras, como será visto a seguir. No carnaval, por exemplo, se constrói uma imagem da mulata “estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos”, “o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica” (GONZALEZ, 1984, p. 228). Lélia Gonzalez mostra que a mulata e a doméstica são a mesma pessoa. É com essa percepção que se desmistifica o mito da democracia racial.

No próximo artigo são trazidos artefatos da memória da doutora em Psicologia Amana Rocha Mattos (2021), em relação a raça e gênero. A autora levanta noções da objetificação do corpo feminino negro e mais específico, brasileiro. Mattos (2021) mostra que em crianças e adolescentes, existe um “silêncio sobre ser branco/a” (MATTOS, 2021, p. 200). A autora relata três situações que é importante de serem lembradas: 1. em uma aula sobre o período da escravidão no Brasil no ensino fundamental, a autora diz que seria importante que seus dois colegas negros falassem sobre o tema, e após décadas, percebeu que estava racializando os colegas (hooks, 2013 apud MATTOS, 2021, p. 197); outra situação é de quando ela e uma amiga branca foram paradas na porta de uma loja e o segurança pede para elas abrirem suas bolsas, na saída, uma mulher disse que elas deveriam reclamar, e elas foram reclamar, após isso, o gerente se desculpou e disse que elas deveriam se comportar para não levantar suspeitas, pois estavam rindo e isso não se ajustava “ao perfil de ‘boas meninas’ insuspeitas” (MATTOS, 2021, p. 201) – ela conclui que “Seremos pré-adolescentes brancas, bem-vestidas, rendeu-nos o apoio de uma desconhecida que presenciou a cena e também um pedido de desculpas acompanhado de uma represália sobre o nosso mau comportamento” (Idem); a última situação é quando ela estava no estágio doutoral nos Estados Unidos e foi interpelada por um vendedor que perguntou se ela era brasileira e disse que ele teria oportunidade de trabalho para ela, e o cartão era de

uma produtora de filmes pornográficos, com os debates que entrelaçam gênero e identidade étnico-racial ela percebeu que a oferta do trabalho “foi feita a partir de uma leitura racializada de meu gênero, acionando estereótipos de sensualidade, erotismo e disponibilidade para o trabalho sexual frequentemente experimentados por mulheres brasileiras no Norte global” (Ibid., p. 202). É importante entendermos que mulheres brasileiras são sexualizadas e que isso se acentua no caso das mulheres negras. A autora também levanta uma bandeira para a educação antirracista. E uma noção importante que se depreende dela é que os brancos também têm um papel na luta antirracista. Para tanto, não podemos – e nem queremos – nos esquivar da teórica feminista bell hooks, para ela, é importante que os professores questionem como sua autoapresentação e o processo pedagógico “costumam ser moldadas pelas normas de classe média”. E ainda, é importante criar estratégias que subvertam essas normas. A partir de uma experiência da própria autora enquanto professora, ela fala sobre a criação, nas salas de aula, de “comunidades de aprendizado onde a voz de cada um possa ser ouvida, a presença de cada um possa ser reconhecida e valorizada” (HOOKS, 2013, p. 245). A escola possui o papel de lidar com as desigualdades em todos os seus termos. Para dar continuidade a esse artigo, vamos falar do penúltimo artigo do livro, escrito pela doutora em Psicologia Social Geórgia Grube Marcinik (2021). Em primeiro plano, a autora evidencia a dificuldade de se considerar pertencente a uma posição de privilégio do ponto de vista de raça. Nas entrevistas que fez, percebeu que as mulheres notam as diferentes lógicas de gênero entre mulheres brancas e negras e que a raça possibilita privilégios dentro do feminismo. A maioria das entrevistadas acreditavam que pessoas brancas possuem relevância na luta antirracista. É importante que as pessoas brancas utilizem de seu privilégio para desconstruir hierarquias. Para exemplificar, vamos trabalhar com uma situação clássica na academia: os congressos. Se um acadêmico branco aliado da pauta, que está idealizando e organizando o congresso, percebe que só tem palestrantes brancos e ele conhece uma pessoa negra que também é capacitada para falar sobre o assunto, ele pode indicá-la.

O segundo eixo abarca dois artigos: o primeiro, escrito pela mestrandia em Psicologia Social e Institucional Raquel Basilone Ribeiro de Ávila (2021), na qual a autora debate a prática de BDSM (*bondage*, dominação, submissão, sadismo e masoquismo) e o segundo, da cientista social Bárbara V. (2021), que discorre sobre o trabalho sexual. Ao final da explanação, ficará claro porque juntamos os dois artigos. Ávila explica que o BDSM constrói relações hierárquicas e estabelecidas pela contratualização. Nos estudos que abarcam o BDSM, praticantes não brancos são excluídos. Além disso, um argumento contrário a essa prática sexual é a relação e a legitimação entre sexo e violência. A luta contra o BDSM esteve atrelada à luta antipornografia, isso porque ambas são contra a fetichização e objetificação dos corpos femininos. Na crítica feminista negra, a escritora estadunidense Audre Lorde (s.d.), citada por Ávila, rejeita a possibilidade de uma escolha consciente que aceite isso. Ávila diz que não há garantia que os limites não serão ultrapassados. A escritora norte-americana Alice Walker (1982), também citada no artigo, pontua que o BDSM banaliza a escravidão real das mulheres negras e age de forma falsa como se elas se contentassem e consentissem. Outra autora, a professora Ariane Cruz (2016), citada por Ávila, e outras mulheres negras que defendem uma sexualidade dissidente, vê o BDSM como

*uma ferramenta eficaz para desestabilizar as articulações da sexualidade feminina negra, historicamente ancoradas no terreno tenaz da degradação, desempoderamento, exploração, normatividade, opressão, policiamento e silêncio” (ÁVILA, 2021, p. 99).*

Ávila também destaca “a importância de ouvir as mulheres articularem suas próprias práticas sexuais e narrarem seus desejos, motivações e experiências sexuais individuais” (Idem). As referências da autora mostram que a temática ainda não é consenso no feminismo, perpassando conceitos importantes como passividade e agência.

No trabalho seguinte, que versa sobre o trabalho sexual, Bárbara V. mostra a divisão de dois tipos de mulheres na sociedade: a valorizada e digna e a menosprezada; assim, pontua que existem estigmas sobre a prostituição, levantados pela repressão sexual e pelos valores morais. No discurso antiprostituição, os argumentos rendem escritas, pois perpassam a ideia de objetificação da mulher, isso porque a mulher é paga e vista como indigna e como um objeto à serviço de um homem, que legitima a dominação patriarcal. A autora argumenta, no entanto, que a prostituição se enquadra no conceito de trabalho para a sociologia, porque é produtiva e garante subsistência. No feminismo marxista, a prostituição sofre consequências da exploração, entretanto, isso ocorre em todos os trabalhos. A autora também explica que muitas vezes a

prostituição é mais bem remunerada que outras ocupações, ela dá a experiência de um trabalho em uma “casa de massagens”, onde ganhava bem e as condições de trabalho eram boas. O que une o BDSM e a prostituição é que ambos podem ter seus contratos quebrados e os limites ultrapassados. É importante que outras discussões sejam feitas, entre elas, comparação entre a prostituição feminina e masculina e a prostituição de travestis e mulheres trans, visto que, de acordo com a doutoranda em Estudos Literários Julia Luiza Pereira

*O ambiente da prostituição, ainda muito estigmatizado socialmente, abriga identidades trans e travestis, rejeitadas pela sociedade patriarcal. Exercer essa atividade, para muitas delas, não é uma escolha, mas sim, um ato de sobrevivência, uma vez que, em geral, são privadas de espaço no mercado de trabalho formal (PEREIRA, 2021, p. 111).*

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 90% das mulheres trans e travestis estão na prostituição por falta de oportunidades (ANTRA, 2019). Considera-se importante a influência do transfeminismo para estudos referentes à prostituição.

Além disso, também é importante compreender a prostituição sob um viés racial, pois conforme mostra a doutora em Sociologia Alyne Isabelle Ferreira Nunes:

*Os reflexos do racismo enquanto opressão estruturante marcam também as escolhas das mulheres negras. Um dos aspectos que pode ser analisado sobre a influência dessas escolhas e a forma como o racismo se configura é no fenômeno da prostituição. É importante destacar que as produções acadêmicas incorrem no erro ao manter o debate sobre o fenômeno da prostituição, principalmente no Brasil, a partir de discursos atravessados apenas pela leitura de gênero e/ou de classe (NUNES, 2017, p. 5).*

Mais contribuições nesse sentido podem ser vistas na tese de doutorado de Alyne Nunes, defendida em 2023, intitulada “Prostituição feminina e violência racial: uma análise crítica da branquitude nos discursos dos movimentos feministas, das prostitutas militantes e no mercado de luxo do sexo”.

Partindo para o próximo eixo, temos o tema da maternidade. Para a doutora em Antropologia Social Camila Fernandes (2021), o que existe, na verdade, são maternidades no plural. Ela realizou etnografia em determinadas regiões do Rio de Janeiro. Constatou-se que as pessoas entendem a maternidade como responsabilidade da mulher: sendo ela a mãe muito nova, a mãe que não possui paciência com a criança e as mães que tiveram filhos sem planejar, o que contribuiria para o abandono. Essas mulheres são entrelaçadas pelas mais diversas questões, como sexualidade e raça. A autora estuda a noção de que se o trabalho doméstico não produz para o capital ele se torna irrelevante. De acordo com a cientista política brasileira Flávia Biroli, as mulheres cis sofrem pressão para serem mães, limitando sua autonomia e restringindo “a determinadas atividades e formas de vida que foram consideradas conflitivas com a divisão sexual do trabalho, assim como o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres” (BIROLI, 2014, p. 115). Para trabalhos futuros, é relevante versar sobre temáticas que debatam e estudem a maternidade para mulheres trans e travestis, por se constituírem de relações afetivas que não são cisnormativas. A cientista social Larissa Pelúcio mostra, a partir de sua pesquisa, que travestis “têm desejos típicos de relações tradicionais e normatizadas, e que soam socialmente inteligíveis” (2006, p. 532).

O próximo eixo abarca dois artigos: o primeiro, escrito pela doutoranda em Psicologia Social e Institucional Sofia Favero e pela graduanda em Psicologia Marine Bataglin Marini (2021), que debate sobre o sujeito da mulher feminista e quem está incluso nessa categoria e o segundo, da doutora em Teorias Jurídicas Contemporâneas Heloisa Melino (2021), que propõe uma aliança entre lésbicas, prostitutas, trans e travestis. Favero e Marini (2021) mostram que o feminismo excluiu sistematicamente mulheres não brancas, mulheres trans e travestis. De acordo com elas, o transfeminismo se propõe a combater a cisnormatividade. Uma crítica e questão interessante colocada pelas autoras é sobre a expressão “meus corpos, minhas regras”, o quê e a quem dizem isso? Por muitas vezes, termos feministas não incluem mulheres trans, como é o caso, citado pelas autoras, da frase “eu não vim da sua costela, você que veio do meu útero”. Será necessário ter útero para estar em espaços feministas? A indagação das autoras é importante ao provocar as noções do feminismo radical, entendendo que travestis e mulheres trans sofrem por serem quem são e são. Conforme mostra o “DOSSIÉ 2021: Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil”:

*Ao cruzarmos a tipificação das mortes com os segmentos LGBTI+ analisados, percebemos que, em 2021, as travestis e mulheres transexuais (128 casos) foram as que mais morreram por homicídios, seguidas pelos homens gays (115 casos) (Acontece; ANTRA; ABGLT, 2021, p. 19).*

Ainda, segundo o Dossiê “entre as travestis e mulheres transexuais, houve maior número de mortes de pessoas pretas e pardas (53,76%) que de pessoas brancas (46,23%)” (Ibid., p. 23). O que mostra também que entre as pessoas trans e travestis, a maioria delas são pretas e pardas, enquanto entre os gays, o número de brancos (55,83%) prevalece em relação aos pretos e pardos (44,16%).

Além disso, “No ano de 2022, tivemos pelo menos 131 assassinatos de pessoas trans, sendo 130 travestis e mulheres transexuais e 1 homem trans/pessoa transmasculina” (BENEVIDES, 2023, p. 26). Ainda, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans pelo 14º ano seguido e o país que mais consome pornografia trans, mostrando que esses corpos estão em terreno de objetificação, mas não são humanizados, por isso são assassinados.

As autoras terminam falando que “Se o sujeito político do feminismo é uma mulher plena, concluída e acabada, um feminismo travesti joga suas fichas justamente na direção contrária: a identidade não esgotada” (FAVERO; MARINI, 2021, p. 142). O artigo seguinte, ao propor uma aliança entre lésbicas, prostitutas, trans e travestis, denuncia que na colonização, citando a socióloga argentina Maria Lugones (2007, 2014), houve a imposição de um padrão sexual heterossexualista, além da dominação racial. Melino, complementando o artigo de Bárbara V. assinala que a maior luta das prostitutas é contra a violência policial. A perseguição contra mulheres trans, travestis e prostituição é feita por muitas mulheres feministas radicais lésbicas. Na sua experiência pessoal, Melino diz que aprendeu a ser lésbica feminista ativista ao lado de putas. De acordo com ela, ao falar sobre o movimento trans, mulheres trans e homens trans heterossexuais também devem se colocar contra a heteronormatividade e essa é a disputa que pessoas transfeministas realizam. A autora propõe uma aliança entre mulheres trans e cis lésbicas contra a heteronormatividade, assim como uma aliança entre lésbicas e bissexuais cis e trans e heterossexuais trans contra a misoginia do movimento. Complementando o artigo de Amana Mattos, Melino explica que é necessário que as pessoas brancas LGBTQIA+ reconheçam a importância do antirracismo enquanto agenda e combatam o racismo.

Entrando no próximo eixo, há o artigo da doutoranda em Saúde Pública Vanessa Figueiredo Lima (2021), que trata da gordofobia e a relaciona com a saúde. Na sociedade, o corpo gordo é visto como doente e aumentar o peso passa a ser o terror das mulheres. O que é considerado doença e saúde está atrelado às questões de raça e gênero, desde o racismo escondido na biomedicina até o viés neoliberal que culpabiliza os indivíduos pela sua condição. As mulheres sofrem um controle maior referente aos seus corpos, porque há a exigência de um padrão de feminilidade e beleza. De acordo com a autora, mulheres negras pobres que sofrem com gordofobia tendem a ficar mais empobrecidas porque são rechaçadas em trabalhos bem remunerados e precisam enfrentar as adversidades do trabalho precarizado. A gordofobia é outra opressão somada ao leque composto pelo racismo, machismo, transfobia etc, incidindo também nas relações que serão construídas pelas pessoas que sofrem com essa opressão.

O último eixo e artigo, é escrito por Henrique Marques Samyn (2021). O foco do autor é a masculinidade negra. Ele começa a exposição falando sobre Lucas Evangelista dos Santos, ex-escravizado, que passa a ser conhecido como Lucas da Feira, por suas ações “no caminho de acesso a Feira de Santana”, na Bahia (SAMYN, 2021, p. 222). Ao citar o sociólogo brasileiro Clóvis Moura (2004), Samyn mostra que Lucas da Feira roubava fazendeiros, mas o que interessa para Samyn são os crimes sexuais dos quais Lucas da Feira foi acusado. Como pontua Clóvis Moura (apud SAMYN, 2021, p. 222), Lucas afirmava que estava vingando as mulheres negras que eram estupradas pelos senhores. De acordo com a historiadora brasileira Zélia Jesus de Lima (1990, p. 139-140 apud SAMYN, 2021, p. 223), Lucas “preferia agredir mulheres não escravas, brancas e mulatas”. Ainda segundo Lima, a partir de 11 mulheres dos registros policiais, ela identificou três categorias: uma mulher escravizada; seis mulheres pardas, não escravizadas; quatro ou cinco mulheres brancas. Entretanto, a tradição coloca a violência praticada como se ela se dirigisse “particularmente às mulheres brancas” (SAMYN, 2021, p. 223). Segundo Samyn, interpretações sobre os atos cometidos por ele são variadas. O autor cita a filósofa estadunidense Angela Davis (2016), que mostra que a ideia do homem negro estuproador foi um mito criado com fins políticos, não que não tenham ocorrido casos, o que ela critica é a desproporcionalidade das acusações. Nos Estados Unidos, houve o linchamento<sup>1</sup>,

que se amparou em supostas conspirações da população negra para matar a branca e, quando isso se mostrou fantasioso, começam as acusações de estupro, “cujo propósito era defender a feminilidade branca contra os ameaçadores impulsos sexuais dos homens negros” (DAVIS, 2016 apud SAMYN, 2021, p. 227), o que contribui para o linchamento e para enfraquecer o apoio das pessoas brancas na luta antirracista. No Brasil, homens negros foram linchados sob a acusação de estuprarem mulheres brancas. Essa visão está muito relacionada ao fato de que a imagem do corpo negro se construiu a partir de sua zoomorfização, assim, como pontua o doutorando em Literatura, Cultura e Contemporaneidade Davi dos Reis, que mostra que o corpo negro foi

*fixado e reduzido a uma condição de natureza, a uma animalização mortal, inumana, que se tornou, no mapa mental branco, europeu, uma bússola para a organização do que Hall (2016) chama de políticas racializadas da representação (REIS, 2020, p. 271).*

Conforme pontua a filósofa estadunidense Judith Butler, “A violência é a ação iminente daquele corpo negro masculino” (BUTLER, 2020, p. 5).

Por fim, o livro consegue retratar bem diversas faces para um feminismo interseccional, que consiga incluir questões relativas à identidade étnico-racial, identidade de gênero, identidade sexual, corpo etc. No entanto, é importante que se aprofunde mais em questões citadas ao longo desta resenha, como os feminismos em África, os movimentos de mulheres indígenas e o transfeminismo.

## 1. Notas

\* Graduando em Ciências Sociais na Universidade de Brasília (UnB).  
Email: lorenzo.konageski@aluno.unb.br

## 2. Referências Bibliográficas

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la *mestiza* / Rumo a uma nova consciência. **Revista Estudos Feministas**, v.13 n. 3, p. 704-719, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2005000300015>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ARAO, Lina. *Entre Japão e Brasil: alguns apontamentos acerca de Sob dois horizontes, de Mitsuko Kawai*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. P. 49-63.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais. ANTRA REPRESENTA O BRASIL EM AUDIÊNCIA NA CIDH SOBRE A SITUAÇÃO DAS PESSOAS LGBTI. **ANTRA**, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2019/11/21/antra-representa-o-brasil-em-audiencia-na-cidh/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ÁVILA, Raquel Basilone Ribeiro de. *Feminismos e BDSM: racializando o debate*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 83-99.

BAMISILE, Sunday Adetunji. A procura de uma ideologia afro-cêntrica: Do feminismo ao afro-feminismo. **Via Atlântica**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 257-279, 2013. DOI: 10.11606/va.v0i24.58303. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/58303>. Acesso em: 3 jul. 2023.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.). **Feminismo e Política**. Brasília: Boitempo, 2014. p. 109-122.

<sup>1</sup> Foi uma lei dos Estados Unidos que permitia a punição a pessoas suspeitas de terem cometido crimes, sem a realização de julgamento (DAVIS, 2016).

BUTLER, Judith; JARDIM, Fabiana A. A.; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; RINALDI, Sebastião. Em perigo/perigoso: racismo esquemático e paranoia branca. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 46, p. 1-10, 2020. DOI: 10.1590/S1517-97022020460100302. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186985>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 49, n. 17, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jul. 2023.

CRENSHAW, Kimberle. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. **University of Chicago Legal Forum**, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cji/view-content.cgi?article=1052&context=ucf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUTRA, Juliana de Cabral Oliveira; MAYORGA, Claudia. **Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política**. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. 113-129, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TmkJTj6vTNMxpzhB3jhbPjK/?format=pdf>. Acesso em: 03 jul. 2021.

FAVERO, Sofia; MARINI, Marine. *Quase mulheres, quase feministas*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 129-142.

FERNANDES, Camila. *O martírio da maternidade: reprodução e sexualidade a partir de uma perspectiva interseccional*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 143-156.

FERREIRA, Thuila Farias. **Africanas: gênero e feminismo em perspectiva afrocentrada**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/215272>. Acesso em: 03 jul. 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KOROL, Claudia; FLORES, Luiza Dias. Feminismo Comunitário de Iximulew-Guatemala: Diálogos com Lorena Cabnal. **Hawò**, Goiânia, v. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/71609>. Acesso em: 3 jul. 2023.

LIMA, Vanessa Figueiredo. *Gordofobia, gênero, classe, raça, sexualidade: uma questão de saúde*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 117-128.

MACÊDO, Sara. *Romanipen nas margens: o triângulo marrom, diáspora e a movimentação de mulheres romani*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 101-115.

MARCINI, Geórgia Grube. *Entre discursos e práticas: a branquitude nos movimentos feministas e o papel das pessoas brancas na luta antirracistas*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 205-219.

MATTOS, Amana Rocha. *Subjetivações de raça e gênero a partir de fragmentos de memória*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 195-204.

MELINO, Heloisa. *Lésbicas, prostitutas, travestis e transexuais: uma aliança necessária*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 173-193.

Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021. **Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos)**, 2022. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2021-ACONTECE-ANTRA-ABGLT-1.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2023.

NASCIMENTO, Abdias do. **Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NUNES, Alyne Isabelle Ferreira. VIOLÊNCIA RACIAL E PROSTITUIÇÃO: UM DEBATE PARA ALÉM DO GÊNERO. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero & Women's Worlds Congress, 11/13., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis: UFSC, 2017. v. 1. p. 1-12. Disponível em: [http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499425759\\_ARQUIVO\\_AlyneNunesFG.pdf](http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499425759_ARQUIVO_AlyneNunesFG.pdf). Acesso em: 01 jul. 2023.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino. Desde el feminismo comunitário**. México: Cooperativa El Rebozo, Zapateándole, Lente Flotante, En cortito que's pa largo, AliFem AC, 2014.

PAREDES, Julieta. Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. Entrevista concedida a Tereza Spyer, Mariana Malheiros e María Camila Ortiz. **Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 2, p. 22-42, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2465>. Acesso em: 03 jul. 2023.

PEREIRA, Julia Luiza Pinto. TRANSLADO: o lado trans e travesti da prostituição. **TRANSLADO: o lado trans e travesti da prostituição. Leitura**, n. 69, p. 109-121, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/9702>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PERÚCIO, Larissa. Três casamentos e algumas reflexões: Notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Revista Estudos Feministas**, v. 14 n. 2, p. 522-534. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000200012/7763>. Acesso em: 27 jun. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander. **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 117-142, 2005.

Q., Yonghui. *Da diáspora-chinesa: uma história sino-carioca*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 65-81.

REIS, Davi Nunes dos. Sistemas de representação e a zoomorfização do corpo negro na Bahia. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, v. 12, n. 02, p. 720-730, 2020. Disponível em: <http://www.revlet.com.br/artigos/606.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SAMYN, Henrique Marques. Sobre masculinidade negra e violência sexual. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 221-232.

SILVA, Ana Paula da. Ventres amestrados: problematizando a objetificação/sexualização das mulheres negras. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 11-25.

SILVA, Dayane Augusta Santos da. Gênero e os feminismo(s) africano(s). **Revista Transversos**. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n. 22, p. 268-287, p. 268-287. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>. Acesso em: 03 jul. 2023.

V., Bárbara. *Feminismo e trabalho sexual*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 157-171.

YONEKURA, Yasmin Pereira. *A mestiza existe? A América despedaçada e miscigenada, de Gloria Anzaldúa e Lélia Gonzalez*. In: SAMYN, Henrique Marques; ARAO, Lina (Orgs.). **Feminismos dissidentes: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 27-47.